

ARTIGO INTERNACIONAL



Democracia e comunicação nas redes sociais digitais: o *net-ativismo* para além da participação sem partidos

José Bragança de Miranda*
Marina Magalhães**

Resumo

O espalhar-se no mundo de formas de protestos, conflitos e participação mediados pelos *social networks* revela novas características sobre a qualidade da ação, interpretada sociologicamente como um agir exclusivo dos ditos atores sociais, e hoje assume a forma de um ação reticular, integrando atores de naturezas distintas, colaboração de dados, dispositivos móveis, circuitos informativos etc. A visão humanista interpreta o ativismo em rede, ou *net-ativismo*, como a expansão digital da esfera pública, como espaço para uma democracia mais participativa diante da crise da política ocidental. Entre as pistas teóricas e os rastros empíricos dos movimentos *net-ativistas* europeus, convidamos a pensar o fenômeno para além dessa dimensão política e antropocêntrica.

Palavras-chave: *Net-ativismo*. Redes sociais digitais. Comunicação. Política. Democracia participativa. Pós-humanismo. Ecologia da ação em rede.

Abstract

The spread of forms of protest, conflict and participation in the world mediated through social networks reveals new characteristics about action quality, interpreted sociologically as an exclusive action of so-called social actors. Nowadays, they take the form of a reticular action, integrating actors of different natures, data collaboration, mobile devices, information systems, etc. The humanist view interprets network activism, or net-activism, as the digital expansion of the public sphere, i.e. as a space for a more participatory democracy during Western political crisis. Among theoretical leads and empirical traces of the European net-activist movements, we invite you to think about the phenomenon beyond this political and anthropocentric dimension.

Keywords: Net-activism. Digital social networks. Communication. Politics. Participatory democracy. Post-humanism. Networked action ecology.

* José Bragança de Miranda é doutor em Comunicação Social pela Universidade Nova de Lisboa (2001) e licenciado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE (1982). É professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa desde 1995, com produção académica publicada em diversas obras nas áreas de Comunicação e Cultura, Cibercultura e Estudos dos Media. É orientador da referida tese, em colaboração com o Professor Doutor Massimo Di Felice, a quem agradecemos a inestimável contribuição para esta pesquisa.

** Marina Magalhães é doutoranda em Comunicação na Universidade Nova de Lisboa, onde desenvolve a tese “Net-ativismo e ações colaborativas nas redes sociais digitais”, ao abrigo da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É bacharel em Jornalismo (2008) e mestre em Comunicação e Culturas Midiáticas (2011) pela Universidade Federal da Paraíba. Atua como professora do Mestrado em Comunicação, Redes e Tecnologias da Universidade Lusófona do Porto e como membro dos centros internacionais de pesquisa Atopos e CIC Digital. Escreveu *Polarizações do Jornalismo Cultural* (2008) e “Jornalistas no Cotidiano das Redes Digitais” (2013), publicados pela Marca de Fantasia.

Introdução

Enquanto manifestações ocorridas em países do norte da África e do Oriente Médio – conhecidas como Primavera Árabe – lideraram o noticiário internacional desde o fim de 2010, contra os regimes ditatoriais há décadas no poder, em outro ponto do planisfério, no Brasil, mobilizações contra a construção da central hidroelétrica de Belo Monte¹ deixaram de ser exclusivas de ambientalistas, levando artistas e cidadãos a se integrarem ao Movimento Gota d’Água.

Embora, ao contrário dos árabes, o país tropical vivenciasse, ao menos em tese, uma democracia representativa, parte da população considerava o plano governamental de obras uma ameaça à Floresta Amazônica, aos índios e às comunidades ribeirinhas, reivindicando um espaço de discussão do tema nas agendas congressistas e presidencial.²

Simultaneamente à efervescência social percebida em contextos tão distintos, a Europa também experimentava, de modo intensificado nos últimos cinco anos, uma série de fenômenos emergidos nas redes sociais digitais. Dentre estes, de temática predominantemente política podemos destacar os movimentos *5 Stelle*,³ na Itália, e 15 M, também conhecido como os Indignados⁴ da Espanha.

O “não partido”⁵ italiano nasceu em 2009, em torno da figura do comediante Beppe Grillo, com a proposta de substituição dos políticos tradicionais por cidadãos comuns, representantes de uma democracia direta mediada pelas redes. Já o 15 M catalisou, em 2011, protestos isolados anteriores em uma mobilização de projeção internacional, com acampamentos e ações espalhados por todo o país contra o crescente desemprego, o desrespeito aos direitos básicos civis, a corrupção política e um modelo de democracia resumido ao revezamento bipartidário.

Em Portugal, dentre as ações de maior repercussão no período estão os protestos da Geração à Rasca, cuja primeira mobilização, em 12 de março de 2011, reuniu cerca de 500 mil pessoas no país e no exterior,⁶ em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Nessa época também se propagaram as “invasões” *hackers* do grupo LulzSec a sistemas de informação de empresas e de instituições governamentais portuguesas,⁷ revelando dados

1 Na bacia do Rio Xingu, próximo ao município de Altamira, no sudoeste do estado do Pará.

2 O movimento Gota d’Água foi sucedido por uma miríade de protestos heterogêneos, de ações contra o aumento das tarifas de transportes públicos a protestos pelo fim da corrupção “generalizada” da classe política. Análises de uma série de leituras midiáticas distintas sobre tais protestos podem ser encontradas em: PAIVA; BARRETO; NUNES; SOARES, 2015.

3 Página oficial do *Movimento 5 Stelle*: <<http://www.movimento5stelle.it/>>.

4 Página oficial do *Movimiento 15 M*: <<http://www.movimiento15m.org/>>.

5 Embora o *5 Stelle* tenha surgido com um discurso desinteressado em constituir um partido político, acabou por lançar o *MoVimento 5 Stelle* como partido em 2010, com campanhas financiadas publicamente (com doações individuais para o *site* do movimento). Giuliano Santoro, que analisou o movimento no livro *Un Grillo Qualunque. Il MoVimento 5 Stelle e il populismo digitale nella crisi dei partiti italiani* (2013), critica a manutenção da primazia das eleições no seio do movimento, cujo interior permanece centrado na temática do voto e das campanhas eleitorais.

6 Número divulgado pelo próprio movimento em sua página oficial. Disponível em: <<https://geracaoenrascada.wordpress.com/>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

7 Uma entrevista supostamente realizada com membros do LulzSec Portugal foi publicada no *site* Tugaleaks. Disponível em: <<https://www.tugaleaks.com/entrevista-lulzsecportugal.html>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

íntimos de servidores públicos como resposta à hierarquia de poder e aos sistemas de controle que persistem na época das redes.

Ainda que os seus participantes, conectados em pontos espalhados por diversos países, demonstrem ações em rede aparentemente motivadas por razões distintas, os casos aqui destacados em diferentes contextos culturais, sociais e econômicos ressaltam uma ligação fundamental entre si: a importância das redes sociais digitais como elemento participante em uma nova forma de promover o ativismo.

Também servem para ilustrar como as antigas formas de organização social voltadas para questões de interesse comum ganharam imediatismo e alcance global com a criação das redes sociais digitais contemporâneas, transformando a própria ideia de agir colaborativo.⁸ Na época dos *Big Data*, dos *social networks* e da Internet das coisas, a ação social, sociologicamente compreendida como centrada nos sujeitos-atores, assume a forma de uma ação em rede, que integra atores de naturezas distintas, mediante a colaboração de dados, dispositivos móveis, sistemas informativos etc.

Correntes teóricas humanistas analisam o ativismo em rede como a expansão digital da esfera pública, o espaço de exercício de uma democracia mais participativa perante crise da política ocidental. Entre as pistas teóricas e os rastros empíricos dos movimentos *net-ativistas* europeus, este artigo, que tenta sintetizar a investigação *Net-Ativismo e Ações Colaborativas nas Redes Sociais Digitais*,⁹ nos provoca a refletir: é possível pensar o *net-ativismo*¹⁰ para além de uma dimensão política?

A crise da política na contemporaneidade

O *net-ativismo* vem configurando práticas sociais e comunicativas face a um novo paradigma da política na era da informação. Embora acentuada na contemporaneidade, época em que as novas formas de conflitos colaboram também para a construção de novos significados, a crise da política teve início antes mesmo das conexões da rede mundial de computadores ultrapassarem as esferas militares e acadêmicas para atravessarem praticamente todas as esferas da vida cotidiana.¹¹

Com o seu sentido original atribuído à Grécia Antiga, como algo idêntico à liberdade para a participação nas decisões da *polis*, a política transfigurou-se no correr das experiências vivenciadas nos diversos modelos de sociedade, tendo como momento marcante a modernidade.

Para Hannah Arendt (2002), sua concepção como *algo que se desenvolve entre os homens, uma relação baseada na pluralidade imbuída do dever de regular e de organizar o convívio de*

8 Não seria demasiado ousado afirmar que o fenômeno dos atuais populismos – a exemplo da eleição do presidente Donald Trump, nos Estados Unidos, a crise do Brexit, na Inglaterra –, ou os populismos em países como Holanda e França equivalem ao movimento inverso dos fenômenos transnacionais do *net-ativismo*, correspondendo a uma crise da visão clássica da soberania e da política.

9 Esta tese, que propõe um estudo das redes portuguesas, faz parte de uma pesquisa internacional homônima. Iniciada pela rede Atopos, da Universidade de São Paulo, a investigação sobre *net-ativismo* integra pesquisadores e centros de estudo de universidades de diversos países, como Brasil, Itália e França – além de Portugal, através de um acordo de cooperação com o CIC Digital.

10 No sentido dos movimentos de ação direta fomentados pelas redes digitais, que surgem em rede (de atores e actantes) e nas redes (sociais digitais) (MAGALHÃES, 2017).

11 Um inventário sobre a travessia das novas tecnologias no nosso cotidiano está contido em obras como Lemos e Felice (2015) e Lemos (2013).

diferentes em torno de certas coisas comuns teria entrado em colapso num contexto em que no mundo se descortinavam os sistemas totalitários, sobretudo nas formas do nazismo e do comunismo, “nas quais toda a vida do homem foi politizada por completo” (ARENDDT, 2002, p. 14).

Parte do preconceito contra a política com o qual deparamos hoje teria se originado ali, na medida em que foram colocados à sua disposição meios técnicos e violentos – como a bomba atômica de 1945 – capazes de exterminar a humanidade e, por fim, na própria ideia inicial do que a política representava. Tal crise tratada pela filósofa alemã esteve, ainda, atrelada a uma série de outros fatores analisados no âmbito do debate sobre o fim dos tempos modernos.

Na tentativa de pontuar seus marcos, partimos da *crise da concepção unitária da História*, à luz de Gianni Vattimo (1992), que a define como um dos sinais mais fortes daquilo que interpreta como pós-modernidade. A emergência de uma cultura de massa teria proporcionado uma multiplicação de visões de mundo completamente distintas da visão moderna – baseada no discurso do ideal de autotransparência, de uma história universal (porém, eurocêntrica) responsável por uma via unitária na busca incessante do progresso como caminho de emancipação humana.

[...] aquilo de que fala a história são as vicissitudes da gente que conta, dos nobres, dos soberanos, ou da burguesia quando se torna classe de poder: mas os pobres, ou os aspectos da vida que são considerados “baixos”, não “fazem história”. [...] não há história única, há imagens do passado propostas por pontos de vista diversos, e é ilusório pensar que existe um ponto de vista supremo, global, capaz de unificar todos os outros (como seria a ‘história’, que engloba a história da arte, da literatura, das guerras, da sexualidade, etc.). (VATTIMO, 1992, p. 9).

Enquanto fio condutor do fim do colonialismo e do imperialismo europeu, os meios de comunicação de massa tiveram um papel fundamental na dissolução da ideia centralizada da história e do que o autor considera o fim da modernidade. Além de contribuir para a desconstrução dos pontos de vista centrais, o advento dos jornais, do rádio, da televisão e das redes telemáticas está diretamente associado ao nascimento de uma sociedade pós-moderna, mais complexa e caótica, na qual residiriam as nossas esperanças de emancipação, seja esta cultural ou política.

Para Gianni Vattimo, fundamentado na tomada de palavra por minorias norte-americanas de todos os gêneros, o efeito dos *mass media* revela o contrário do que pensava Theodor Adorno. No contexto da Segunda Guerra Mundial, em textos como *A dialética do iluminismo* (1969) e *Minima moralia* (2001), este previa que o rádio (e, posteriormente, a televisão) produziria uma geral homologação da sociedade, favorecendo a formação de ditaduras e governos totalitários capazes de exercer um controle minucioso sobre os cidadãos, “através de uma distribuição de *slogans*, propaganda (comercial como política), visões do mundo estereotipadas” (VATTIMO, 1992, p. 5).

Podem certamente objetar-se que a esta tomada de palavra não correspondeu uma verdadeira emancipação política – o poder econômico ainda está nas mãos do grande capital. [...] porém, o facto é que a própria lógica do “mercado” da informação exige uma contínua dilatação deste mercado, e exige consequentemente que “tudo”, de qualquer maneira, se torne objecto de comunicação. (VATTIMO, 1992, p. 11-12).

A perspectiva desse filósofo italiano sobre a crise dos sistemas clássicos vai ao encontro das análises de Jean-François Lyotard (1988), outro expoente da pós-modernidade, sobretudo no que se refere à descentralização dos pontos de vista, conforme expresso nos enunciados do autor francês sobre a *crise da metanarrativa*. Nesta visão, os efeitos das transformações tecnológicas ocorridas nas sociedades da era pós-industrial europeia, no final dos anos 1950, afetaram as regras do jogo não apenas da política, como da ciência, da literatura e das artes.

Num cenário descrito como essencialmente cibernético-informático, a crise do discurso autorreferenciado da ciência, aquele sem finalidade preestabelecida, passa a exigir que o conhecimento seja traduzível em quantidade de informações. Assim, com a mudança profunda que se delineia em uma Europa reconstruída, a própria relação entre fornecedores, usuários de conhecimento e o próprio conhecimento é transformada, assumindo formas de valores próximas àquelas dos produtores, consumidores e das mercadorias – o que acabaria por acentuar diretamente a crise da política, com o crescente acesso mais livre à informação dali em diante.

Sob a forma de mercadoria internacional indispensável ao poderio produtivo, o saber já é e será o desafio maior, talvez o mais importante, na competição mundial pelo poder. Do mesmo modo que os Estados-nações se bateram para dominar territórios, e com isto dominar o acesso e a exploração das matérias-primas e da mão de obra barata, é concebível que eles se batam no futuro para dominar as informações. (LYOTARD, 1988, p. 4).

Tal desafio ao Estado cresce com a tendência das funções de regulação e de reprodução da sociedade a serem cada vez mais retiradas dos administradores estatais e confiadas a autômatos, atribuindo as decisões à alçada de especialistas de todos os tipos. “A classe dirigente é e será a dos decisores. Ela já não é mais constituída pela classe política tradicional, mas por uma camada de dirigentes de empresas, altos funcionários, dirigentes de grandes órgãos profissionais, sindicais, políticos, confessionais” (LYOTARD, 1988, p. 27).

Nesta pós-modernidade relacionada pelo filósofo francês ao incremento da tecnologização nas atividades cotidianas, os antigos polos de atração formados pelos Estados-nações – tais como os partidos, os profissionais, as instituições e as tradições históricas – começam a perder seu atrativo, sem um substituto aparente na mesma escala. Mais uma vez percebemos uma direção semelhante àquela tratada por Vattimo (1992) na fragmentação da concepção unitária da história, nomeadamente nas telas de televisão.

Embora distancie-se do signo do pós-moderno para tratar das mudanças vivenciadas na atualidade, definida como “a maneira como a experiência se constitui em relação, positiva ou negativa, a um acontecimento fundamental, que derrama a sua tonalidade sobre todas

as coisas”, José Bragança de Miranda (1998, p. 9) se aproxima do pensamento de Lyotard quando indica que a constituição da experiência passa – ainda que não exclusivamente – pelas máquinas contemporâneas.

Tais pensamentos ainda se encontram no momento em que estes dois autores afirmam, cada um à sua maneira, que o pensar, num tempo em que os sintomas de mudanças se universalizam – com a superação de distinções como público e privado, trabalho e prazer, prosaico e estético etc. – deve ultrapassar as paredes dos prédios científicos e deixar para trás uma ideia ensimesmada de ciência para simplesmente estar nas ruas, por todos os lados.

[...] agora os próprios lugares multiplicam-se e desagregam-se, cada vez mais vertiginosamente, tendo cada vez menos estabilidade ou duração. Em menos de 50 anos o número de profissões e de categorias sociais que desapareceram é impressionante. A tecnologia desagrega todas as posições e deslocaliza todos os lugares, ao mesmo tempo que produz outros em catadupa, mas com duração cada vez menor. Como culminará este processo, é precisamente o que ninguém sabe e que clama pelo pensamento. (BRAGANÇA DE MIRANDA, 1998, p. 22).

Ao tratar da *crise da dialética frente às novas ligações*, o sociólogo português sugere, no lugar da ideia de choque que regeu todo o século anterior, que imperem os encontros e os desencontros num contexto em que tudo e todos estavam a ser arrebatados pelo torvelinho da técnica – aquela que faz da atualidade o modo crucial da temporalidade contemporânea. Em outras palavras, propõe que a maquinaria da dialética seja substituída pela inclusão das novas figuras que passaram a fazer parte da experiência dos nossos dias.

“Nestas dialéticas sábias perde-se de vista o crucial. É que no instante desastroso em que o tempo urge, muitos poucos continuarão a questionar” (BRAGANÇA DE MIRANDA, 1998, p. 28).

Um caminho possível para alargarmos o conceito de divisão passaria pela inclusão de camadas mais finas que nos conduzam a uma outra política – não mais polarizada entre “ricos” e “pobres”, “dominantes” ou “dominados” etc. –, na qual se redivida, de outro modo, o que estava mal dividido. No interior da atualidade, a questão da divisão deveria ser compreendida como algo infinito, uma vez que em cada uma das suas camadas podemos descobrir um mundo possível.

No momento em que trata de uma crise irremediável do sujeito, disparada por uma série de fatores relacionados à técnica – com destaque para a biotécnica –, Bragança de Miranda revela que o homem enquanto sujeito desdobra-se numa miríade de simulacros, semelhantes àqueles heterônimos representados na poesia de Fernando Pessoa. Tal estratégia fundamenta-se na ideia de “poder destruir para continuar a realizar”¹² (ibidem, p. 109).

12 A exemplo dos movimentos *net-ativistas* Hakim Bey e Luther Blissett, personagens coletivos, de identidade aberta (qualquer um poderia assinar com seus pseudônimos), que defendiam a lógica da transitoriedade. Segundo Massimo di Felice (2017a), estes fazem parte de uma fase preparatória do *net-ativismo*, referente ao advento da internet em sua primeira forma (de divulgação e compartilhamento de textos entre os ditos usuários). Tanto Hakim Bey (2001) quanto Luther Blissett (2000) promoveram uma espécie de suicídio virtual dos movimentos como forma de se fragmentar em novas iniciativas, fazendo com que as suas ideias libertárias se multiplicassem nas redes.

O problema da atualidade, todavia, não estaria restrito à questão das divisões, estendendo-se ainda aos temas da fusão, da hibridização ou da indiferenciação, sobretudo em uma experiência mediada por suportes tecnologicamente estáveis. No cenário delineado pelo autor no final dos anos 1990, desde logo se problematizava a fusão do virtual, controlado tecnologicamente como ciberespaço,¹³ com a Terra e com o inorgânico.

Naquele que surgira como um espaço “outro”, de queda de tudo e de fragmentação de toda a totalidade, o real sem princípio nem fim, o virtual representava ainda a sombra da experiência, uma possibilidade de libertação de séculos de violência e de nihilismo. O ciberespaço, por sua vez, representaria uma negação da exterioridade, a imediaticidade da ligação de tudo com tudo: “Ou seja, um ‘outro’ mundo que quase não se distingue do existente. A esperança emerge da espera do objeto ‘esperançoso’, que anuncia outros modos, novas maneiras” (BRAGANÇA DE MIRANDA, 1988, p. 249).

A qualidade da ação em rede

Entre integrados e apocalípticos (ECO, 2015),¹⁴ eufóricos e disfóricos em relação às transformações proporcionadas pelo incremento das novas tecnologias de comunicação e informação, o debate intelectual manteve-se tradicionalmente inclinado a uma visão antropocêntrica acerca das redes. Por décadas, os estudos de Sociologia e Comunicação relacionados ao tema dividiram-se, antes de tudo, entre aqueles que as consideravam a constituição de uma nova esfera pública digital (no sentido habermasiano do termo)¹⁵ e aqueles cujo posicionamento sustentava a negação de tal esfera.

Paul Virilio (2000) chegou a analisar a internet como uma catástrofe informacional tão destrutiva, potencialmente, quanto a própria bomba atômica, anunciando “o fim de um espaço de um estreito planeta mantido em suspensão no éter eletrônico dos nossos modernos meios de telecomunicação”.¹⁶ Este processo de “achatamento do mundo”, porém, é visto por outros autores pelo viés das potencialidades abertas pelas redes, sobretudo para o desenvolvimento de novos experimentos políticos.

Embora também tenham surgido, em suas abordagens, experimentos de outra natureza, Lee Rainie e Barry Wellman (2012)¹⁷ vão definir as redes como um *novo sistema operativo*

13 Definido por Pierre Lévy (2007) como não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo.

14 Conceitos propostos pelo autor italiano em 1964, época da consolidação da tal cultura de massa, usados por décadas como unidade de medida para avaliação dos meios de comunicação. Eram definidos como apocalípticos aqueles que condenavam os *media* que se propagavam em larga escala, e como os integrados aqueles que os absolviam. Tal debate foi retomado no surgimento das novas tecnologias de comunicação.

15 Em síntese, um espaço destinado à formação de uma opinião coletiva, elaborado a partir de um debate de ideias que se desenvolvia de forma paralela ao poder político, ainda que os seus resultados trouxessem implicações a esse mesmo poder. Cf. HABERMAS (1984).

16 “[...] ‘the end of the space’ of a small planet held in suspension in the electronic ether of our modern means of telecommunication” (VIRILIO, 2000, p. 7, tradução nossa).

17 Todas as referências relacionadas a Lee Rainie e Barry Wellman foram extraídas do livro digital *Networked: the new social operating system* (2012, MIT Press). Advertimos que, nessa obra, cada capítulo tem a sua paginação própria. As citações sugeridas nesta parte da nossa tese referem-se ao primeiro capítulo da publicação, intitulado “The Triple Revolution: the new social operating system of networked individualism” (p. 1-23).

social, tratando da qualidade da ação sob a perspectiva de um *individualismo conectado*, com foco na potencialização da autonomia na gestão das redes criadas por cada indivíduo. Tal visão, contudo, apresenta-nos uma ideia de rede ainda centrada no sujeito da ação – o qual é visto como alguém que pode criar o seu conteúdo e a sua própria experiência de internet.

Hoje, como nunca, prevaleceria o enunciado de que nenhuma tecnologia deve ser percebida como mola propulsora para um sistema isolado ou isolante, já que as “pessoas não estão ‘agarradas’ a dispositivos – elas estão agarradas umas às outras”.¹⁸ Se nesta concepção estamos na fase mais conectada da história, tais mudanças seriam fruto de uma tripla revolução comunicativa: iniciada no encurtamento das distâncias pelas inovações elétricas, como automóveis e telefone; potencializada pela chegada da internet e, em seu último estágio, pelos dispositivos móveis de conectividade.

Embora sob um olhar entusiástico, nas tramas desse novo sistema operativo social as potencialidades recentes acabam por ser resumidas a um aprimoramento das redes sociais desconectadas. Tal visão sugere estarmos diante de um prolongamento mundial do espaço público, onde se desenvolvem discussões para tomadas de decisão e formação de forças colaborativas, que acabam por projetar suas vozes para novas e mais extensas audiências.

“São meios mais amplos que dão às pessoas o seu lugar na vida, fornecendo-lhes maneiras de se conectarem à mais extensa fábrica da sociedade.”¹⁹ Ou seja, o que já foi imaginado como uma imensa aldeia global por Marshall McLuhan (2007) ainda na década de 1960 atualmente é visto como uma fábrica sem paredes de ações coletivas e resolutivas para os “indivíduos conectados”, tanto mais se os anseios destes forem ter acesso à maior loja mundial de informações²⁰ ou às ferramentas para a organização da vida política.

Ainda numa lógica humanocêntrica, Tiziana Terranova (2004) contribui com esta discussão ao abordar as redes digitais de forma menos drástica que aquela sugerida por Paul Virilio (2000) – sobre a aceleração da história e a anulação das distâncias inerentes à cultura conectada – e talvez menos entusiástica que as lentes de Rainie e Wellman (2012). Para a italiana, redes são espaços de “destruição criativa”.

Estariamos, então, diante de um movimento produtivo capaz de resumir, ao invés de simplesmente inibir, potências sociais para a transformação do “caos da comunicação” em que vivemos, forjando “um caleidoscópio de diferenças e desconcertante heterogeneidade [...] como uma malha de formações culturais sobrepostas, de reinvenções híbridas, polinizações cruzadas e variações singulares”.²¹

Ao tratarmos das implicações destes meios informativos distribuídos e interconectados, seria possível ainda falarmos dos *media* como uma “esfera pública” na era da propaganda de massa, dos oligopólios mediáticos e da guerra da informação? Para esta autora sim, se a massi-

18 “People are not hooked on gadgets – they are hooked on each other” (RAINIE; WELLMAN, 2012, p. 5-6, tradução nossa).

19 “[...] they are the broader milieus that give people their places in life by providing a means of connecting to the broader fabric of society” (RAINIE; WELLMAN, 2012, p. 14, tradução nossa).

20 A exemplo de motores de busca como o Google, de enciclopédias coletivas como a Wikipedia ou da infinidade de comunidades especializadas nos mais diversos temas, distribuídas por outro sem-número de redes sociais digitais.

21 “[...] as a kaleidoscope of differences and bewildering heterogeneity [...] as a meshwork of overlapping cultural formations, of hybrid reinventions, cross-pollinations and singular variations” (TERRANOVA, 2004, p. 1-2, tradução nossa).

ficação for tomada como um campo para a propagação de afeções, pode por outro lado ser vista como capaz de incluir audiências especializadas e, no caso da internet, microssegmentadas.

Tal meio comum, interconectado por fluxos de imagens e afetos, é apontado pela teórica como o lugar do surgimento de novos modos de engajamento político, da constituição política comum através do *biopoder* da comunicação.²² Em nenhum momento, entretanto, a também ativista reconhece a relação linear de causa e efeito entre tecnologias e mudanças sociais, ainda que não deixe de enfatizar a dimensão da comunicação e da informação sobre outros aspectos das mudanças socioculturais.

Sua análise da constituição desse biopoder como forma de resistência no interior da cultura conectada parte da lacuna de transparência e de uma representatividade eficaz dos interesses dos cidadãos nas esferas políticas e comunicativas – no que se refere aos *media* tradicionais, principalmente a televisão. Em outras palavras, “liberdade de informação e comunicação sustenta a liberdade de expressão e liberdade de expressão sustenta a democracia” (TERRANOVA, 2004, p. 132, tradução nossa).²³

A esperança para a composição dessa nova esfera pública, como espaço alternativo às velhas práticas mediáticas, é depositada por Terranova (2004) na internet e na sua multidão conectada,²⁴ que embora projetem elementos de uma cultura de massa, comportam também uma multidão de singularidades. Obviamente, não se trataria de um diálogo mediado exclusivamente pelas tecnologias recentes (dos celulares com *webcam* à internet sem fio), mas em simbiose com as estratégias ditas mais estabelecidas (conferências, conversas, acampamentos, encontros, viagens de caravana e outros recursos anteriores ao digital).

A impossibilidade de se construir um consenso ou de se estabelecerem formas fixas de organização nas redes é percebida não como um limite, mas sim como um potencial, ou seja, uma ressignificação do que se entende como multidão. Nesta, a diversidade surge mais como uma força do que como uma fraqueza, produzindo diálogos em torno de devires, oferecendo resistência a estruturas burocráticas através de um espaço aberto a experiências acidentais e inusitadas.

Ainda na linha de autores que observam as redes como uma ampliação do político, retomamos os contributos de Manuel Castells. Em *Redes de indignação e esperança: os movimentos sociais na era da Internet* (2013), o sociólogo endossa a tese dos movimentos de ativismo em rede, intensificados por diversas latitudes partir de 2010, como espaços de autonomia, distanciados do controle dos governos e das empresas – que ao longo da história teriam monopolizado os canais de comunicação enquanto fundação do seu poder.

22 As indicações de Tiziana Terranova (2004) sobre biopoder da comunicação demandam um recuo para o entendimento original desse conceito, elaborado por Michel Foucault. O filósofo francês analisava o poder como algo não proveniente de um núcleo central que a tudo controla, mas como algo dinâmico, instável, heterotópico, investido de todas as partes do social – seja ela política, jurídica, econômica, científica etc. –, gerindo as vidas e os corpos através das tecnologias.

23 “Freedom of information and communication sustains freedom and freedom of speech supports democracy.”

24 Inspirada num conceito de Antonio Negri (2005), esta autora não nega a existência de um fenômeno massivo na cultura conectada, porém prefere observá-lo como um corte transversal no corpo de um meio informativo que nunca para de microssegmentar. Explicamos ainda que no lugar da ideia de multidão como uma massa amorfa, a concepção negriana propõe a cultura conectada como constituinte de uma nova ocasião para a reemergência da multidão – no sentido de um plano de singularidades, um conjunto aberto de múltiplas relações, o que não se configura necessariamente como algo homogêneo ou idêntico.

A Primavera Árabe, os Indignados, o *Occupy Wall Street* etc. são considerados por este a alavanca de mudanças sociais do nosso século, diante da degradação das condições materiais da vida e da crise de legitimidade política. Porém, por considerar que a mudança social requer ação, individual ou coletiva, a gênese dessa ação seria emocionalmente motivada. Humana, demasiadamente humana, com o seu rastilho desencadeado pela raiva.²⁵

A raiva aumenta com a percepção de uma ação injusta e com o agente responsável pela ação. O medo despoleta a ansiedade, que está associada com acautelar o perigo. O medo é ultrapassado pela partilha e identificação com os outros num processo de ação comunicativa. Depois a raiva toma o controlo: e conduz ao comportamento de risco. Quando o processo comunicativo induz a ação colectiva e a mudança é posta em prática, a emoção positiva mais potente prevalece: o entusiasmo, que leva à mobilização social intencional. Redes de indivíduos entusiásticos, que ultrapassaram o medo, transformam-se num actor colectivo e consciente. Assim, a mudança social resulta de ação comunicativa que envolve a ligação entre redes de redes neuronais do cérebro humano estimuladas por sinais de um ambiente de comunicação através das redes de comunicação. (CASTELLS, 2013, p. 214).

O sujeito em questão, descrito como autónomo e consciente, articulado digitalmente com outros sujeitos para construir a sua autonomia em torno de interesses semelhantes, seria ainda visto como o centro da formação da rede, enquanto esta a sua ferramenta. Tanto que para o autor os movimentos nascidos nas redes sociais digitais apenas se legitimam, enquanto movimento, mediante “a ocupação do espaço urbano, seja a ocupação das praças públicas ou a persistência das manifestações da rua” (CASTELLS, 2013, p. 217).

A lógica castelliana observa o espaço do movimento como aquele construído de uma interação entre o espaço de fluxos da internet e das redes comunicativas sem fios com o espaço físico e os edifícios simbólicos ocupados e marcados pela ação de protesto – o híbrido que constitui o tal “espaço de autonomia”. Sendo assim, o conceito do que entendemos como *net-ativismo* ficaria restrito aos movimentos que transitam entre a rede e a rua, excluindo as demais formas de ação e colaboração nas redes sociais digitais – como os movimentos hacktivistas dos Anonymous ou do LulzSec – relegadas ao que o sociólogo define como “desafio sem uma base permanente e autonomia no espaço de fluxos é equivalente a activismo descontinuado” (ibidem, p. 217).

O problema colocado por Castells às redes de indignação e esperança pode ser resumido no desafio do diálogo entre os manifestantes e os políticos, se considerarmos como uma das bandeiras comuns entre os inúmeros movimentos que se espalham pelo globo a falta de representatividade da classe política. Mais ainda: “[...] já que as elei-

25 No contexto das seis emoções básicas identificadas por neuropsicólogos – medo, desgosto, surpresa, tristeza, felicidade e raiva –, fundamentado na teoria da inteligência afetiva na comunicação política (NEUMAN et al., 2007).

ções estão condicionadas pelo poder do dinheiro e dos *media*, e restringidas pelas leis eleitorais enviesadas, projectadas pela classe política para o seu próprio benefício” (CASTELLS, 2013, p. 229).

Salvo raríssimas situações,²⁶ a maior parte das respostas políticas aos movimentos contemporâneos estaria limitada a incluir na agenda as reivindicações ouvidas durante a campanha eleitoral, como um passo sempre aquém dos anseios da população. Ou seja, em caso de mudanças mais profundas, os manifestantes precisam esperar pelas novas eleições, como historicamente sempre aconteceu na denominada democracia ocidental.

Esse novo tipo de participação sugerido pelo sociólogo consiste em superar a lógica da pauta de reivindicações para experimentar uma vivência mais interativa, ao mesmo tempo local e global, de essência conectiva. Contudo, ainda que o teórico relativize a importância da questão, frisamos que no caminho proposto por este estudo, o *net-ativismo* não é visto apenas como um fenômeno que se apropria das redes, mas como algo que nasce nas redes, de forma espontânea, e nelas se esvai. A experiência de diversos movimentos, mesmo os de temática predominantemente política – a exemplo da Geração à Rasca, em Portugal, e do Movimento 15 M – revela essa temporalidade.

Não negamos que a leitura de Manuel Castells acerca da natureza política do *net-ativismo*, interpretado como movimentos sociais em busca de autonomia, poder e maior sociabilidade na era digital, ofereça uma compreensão possível e amplamente reproduzida nas investigações acadêmicas sobre o tema. Entretanto, existem outros ângulos para observar o social em tempos digitais e investigar novas nuances do fenômeno. Se a política está em crise, acentuada desde a modernidade, por que insistimos em ver o homem como sujeito central da ação e a observá-lo como medida de todas as coisas?

Em tempos de Internet das coisas²⁷ e dos Big Data²⁸ (MAYER-SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013) confrontamo-nos com um dilúvio informacional que nos leva a questionar a agência exclusiva, consciente e autônoma do chamado indivíduo. Independentemente da nossa ação direta como informantes nesses processos, a manipulação digital dos dados transforma a forma como vivemos e nos relacionamos com o mundo. Revela também os nossos rastros, orienta as nossas decisões e as estratégias adotadas pelos *media*, pelas empresas, pelas instituições e pelo Estado.

Ainda que nesta cultura digital seja forjada uma esfera para a discussão política, dentre tantos outros temas de interesse das multidões microsegmentadas, a qualidade da ação em rede também pode ser investigada para além das fronteiras de um modo político de agir.

26 A exemplo da queda de ditadores durante a Primavera Árabe (dentre os quais, Ben Ali, na Tunísia; Hosni Mubarak, no Egito, e Muammar Kadhafi, na Líbia), em 2011.

27 Este autor explica que se os humanos se comunicam, as coisas também o fazem, emitindo dados e informações entre si, a exemplo das coisas eletrônicas, dos fluxos em rede, os sensores etc.

28 Referente ao imenso volume de dados, que exponencialmente mudam as regras do jogo no sentido das decisões não serem tomadas exclusivamente por humanos, mas também pelas máquinas, pelos algoritmos, pela manipulação tecnológica da informação.

O social além do humano e a cosmopolítica

Existe uma interpretação distinta para a ação em rede a partir de um ponto de vista mais colaborativo, capaz de incluir neste coletivo a agência de atores ou actantes²⁹ de naturezas diversas. Embora elaborada não exatamente numa perspectiva digital, a Teoria Ator-Rede³⁰ desde logo coloca a questão da composição do social para além do humano, trazendo o não humano – isto é, a natureza, as máquinas, os objetos em geral – para o centro do debate.

A teoria em questão argumenta que não existe nada de específico na ordem social, nem dimensão, contexto ou esfera distinta da realidade a que se possa atribuir o rótulo “social” ou “sociedade”. Tal enunciado contesta o que vem sendo propagado na maior parte dos estudos sociológicos, que partem do princípio de que o social corresponde a uma coisa homogênea.

“Na visão alternativa, ‘social’ não é uma cola que pode fixar tudo, inclusive o que outras não fixam; é *aquilo* que *outros* tipos de conectores amalgamam” (LATOURE, 2012, p. 22). Propõe-se, assim, que este vocábulo inclua uma série de associações entre elementos heterogêneos, substituindo a definição de sociologia como “ciência do social” pela sua noção como “busca de associações”, por um tipo de conexão entre coisas que não são, em si mesmas, consideradas sociais.

Podemos pensar esta provocação através de ações em desenvolvimento nos diversos campos que atravessam esse social, como forma de comprovar a sua volatilidade. Uma vacina a ser testada, um partido político a ser criado, um sistema planetário a ser descoberto a cada instância – referências às quais somamos o avanço dos Big Data – revelariam a necessidade de reformularmos nossas concepções sobre aquilo que estava associado.

Segundo a lógica proposta, devemos nos aprofundar na natureza do que foi agregado, afastando as explicações sociais sobre o que leva esse agrupamento de identidades diversas a agir – ao contrário do que havia sugerido Manuel Castells (2013), por exemplo, quando tratava da crise econômica como gatilho para o ativismo em rede. Isso ganha certo fôlego, sobretudo, na medida em que a Teoria Ator-Rede toma a ação como assumida por este coletivo – e não como induzida pelas explicações impostas pela sociologia do social.

A questão pode ser elucidada se tomarmos emprestadas do teatro e da literatura algumas expressões que ajudaram a construir a Teoria Ator-Rede. “Empregar a palavra ‘ator’ significa que jamais fica claro quem ou o que está atuando quando as pessoas atuam, pois o ator, no palco, nunca está sozinho ao atuar” (LATOURE, 2012, p. 75).

Esta alegoria do personagem no palco serve para ilustrar a incerteza sobre a origem da ação, aqui descentralizada do próprio ator, que atua em colaboração com uma rede de outros elementos, sejam estes humanos (o roteirista, o diretor, os colegas de cena, a plateia) e não humanos (o palco, a maquiagem, a iluminação, a sonoplastia, o roteiro, a publicidade

29 Consideradas também actantes nesse processo – por poderem autorizar, permitir, conceder, estimular, ensejar, influenciar, interromper, possibilitar ou proibir (LATOURE, 2012).

30 Tal corrente teórica voltada para pesquisa social surgiu na França, nos anos 1980, no âmbito do Centro da Sociologia e da Inovação (CSI), um laboratório da *École des Mines*, fundada por nomes como Michel Callon, Madelaine Akrich e Bruno Latour. As contribuições deste último, sobre a crise sociológica do social em rede, o parlamento das coisas e a cosmopolítica nos interessam mais neste recorte do estudo.

da peça etc.). É na relação com esses outros agentes, que permeiam a sua construção de mundo através de uma concatenação de mediadores, que podemos observar como cada ponto age plenamente, contribuindo para o desenvolvimento da ação.

À luz dessa teoria complexa – e ao mesmo tempo relativista –, resumida em poucas linhas, podemos questionar o que afinal estaria entre esses elementos heterogêneos, como uma espécie de “cola” possível de reagregar o social como no sentido original do termo.³¹ O que seria capaz de unificar tal coletivo formado por elementos tão distintos, porém complementares entre si?

Ao invés de insistir na esfera natureza/sociedade, o autor sugere que nos engajemos numa espécie de cosmopolítica³² como elemento reagregador do social, que não mais separe os humanos políticos dos não humanos apolíticos (LATOURE, 2004). Como reitera Isabelle Stengers, seres que nunca foram feitos para se oporem: “não sabemos o que é um humano independentemente do conjunto dos não humanos que para ele contam, ou com os quais ele conta para agir, pensar, prever etc. Onde está o sujeito, onde está o objeto?” (STENGERS, 2004, p. 138).

Ainda que a teoria do ator-rede planifique a paisagem para observar os movimentos entre os atores e actantes de forma horizontal, não mais hierarquizada por forças ocultas e explicações sociais que já não representam a realidade do mundo pós-moderno, o caminho sugerido para essa reagregação insiste na dimensão da política. Porém, não mais com a visão que confundiu sociedade com corpo político, mas como uma composição desses novos participantes, agências e desdobramentos. Em síntese, a qualidade da ação é situada no âmbito político, mas a política na perspectiva proposta por Latour (2012, 2004) e Stengers (2004) não é de todo humana.

Transdução e transubstanciação das redes

Não mais visto como essencialmente social (no sentido humano do termo) nem apenas político (por razão semelhante), o *net-ativismo* estaria mais próximo, no entendimento deste estudo, de um fenômeno de transdução (BRAGANÇA DE MIRANDA, 2010). E por que não pensá-lo, ainda, como um processo de transubstanciação (DI FELICE, 2017), no tocante à relação entre o homem, a natureza e as tecnologias digitais?

Ao tratarmos da diluição das barreiras entre o real e o virtual, entre o *online* e o *offline* etc., percebemos uma interseção inegável entre as distintas correntes teóricas, humanista e pós-humanista: o crescente incremento da digitalização nas atividades cotidianas. Não se trata, como reitera Bragança de Miranda, de apontar para uma diluição da experiência real na virtual, uma vez que a relação com a técnica não deve ser confundida com a própria

31 O estudo etimológico do termo foi publicado em outra pesquisa do autor, desenvolvida com a pesquisadora Shirley Strum sobre o comportamento dos babuínos como seres socialmente e ecologicamente sofisticados. Cf. STRUM ; LATOUR 1987, p. 783-802.

32 O caminho apontado por Bruno Latour (2004) remonta às primeiras abordagens gregas ao tema relacionado à excelência da vida pública, onde jamais tratou-se de política sem tratar de natureza; ou jamais apelou-se à natureza, senão para dar uma lição de política. Num sentido próximo, Isabelle Stengers (2004) a resume como uma proposta para fazer pensar a partir de uma sensibilidade distinta frente aos problemas e situações que nos movem, na qual tudo seja visto como ligado a tudo, aniquilando as grandes separações.

técnica em si. Mas não podemos ignorar os novos desafios epistemológicos face ao que este define como o recobrimento de toda a experiência por redes tecnológicas.

Frente à euforia em torno das capacidades colaborativas das tecnologias atuais, com seus espaços relacionais extensos e interativos, o teórico identifica uma confusão entre essas capacidades de colaboração e participação que se espalham por todo o ciberespaço, a partir de uma ligação qualquer, e aquilo que constituiria o *net-ativismo* propriamente dito, em seu sentido mais radical.

Enquanto nas participações em rede, no sentido genérico de ativismo tradicional, caberiam todas aquelas “que têm a característica interessante de não se confinarem aos espaços fechados e aos seus atributos rígidos” (BRAGANÇA DE MIRANDA, 2010, p. 255), o *net-ativismo* consistiria em um agir situado fora das divisões que procuram controlar e canalizar os atos, rompendo com qualquer modelagem institucional.

A primeira crítica a fazer ao ativismo actual assenta na maneira como mantém e reforça, agora por meios “interactivos”, as divisões tradicionais do agir. Daí que em boa medida o ativismo surja como pura extensão e complemento dos sistemas tradicionais. É o caso, por exemplo, da maneira como os jornais passaram a usar os blogues, cuja lógica lhes era antitética; ou como as empresas usam os meios interactivos para efeitos puramente comerciais, ou como o Estado usa meios de vigilância electrónica através da rede ou de monitorização das bases de dados etc. São formas de desenvolver processos que já estavam em curso no chamado ‘mundo real’, onde a lógica da rendibilidade³³ domina. Parece-se claro que a ‘colaboração’ ou ‘interactividade’ não serve de critério para o ativismo em rede, podendo mesmo dissimular a sua verdadeira natureza. (BRAGANÇA DE MIRANDA, 2010, p. 255).

Embora os processos de ativismo em rede incluam em sua gênese a colaboração e a interatividade, não devemos resumi-los apenas a isso, o que implicaria o risco de confundirmos essas ações com qualquer outro tipo de ação nas redes sociais digitais, sobretudo com aquelas relacionadas às instituições tradicionais – empresas, governos, *medias* de massa –, interessadas na manutenção do estado das coisas mesmo diante das mudanças inerentes ao contexto digital.

Dito de outro modo, a natureza do *net-ativismo* não seria a de um agir social qualquer, tampouco a de um agir determinado tecnologicamente, uma vez que se “[...] não devemos pensar a técnica como algo de absolutamente determinante, também não devemos reduzi-la aos seus usos” (BRAGANÇA DE MIRANDA, 2010, p. 257).

Na busca pela natureza do *net-ativismo*, este sociólogo português nos convida a uma outra análise da técnica, capaz de apreender como os objetos técnicos se inscrevem na cultura, bem como as alterações que esta vem enfrentando nesse tipo de inscrição. Os próprios objetos técnicos, na era digital, teriam vindo a escapar das estruturas simbólicas e culturais

33 O autor propõe uma diferenciação entre rentabilidade e rendibilidade, explicando que enquanto a primeira tem a ver com a mais-valia monetária, esta última corresponderia à lógica do ganho a todos os níveis, sejam eles poder, influência ou dinheiro.

que os determinavam historicamente, ao propagar as tendências para a globalização e a criação de espaços trans-históricos.³⁴

Isso reforça a tese de que as redes não devem ser reduzidas a meros instrumentos ou suportes, mas analisadas de forma mais complexa, como uma “tecnologia de ligação que associa dinamicamente máquinas, signos e actos de forma nova e que abre possibilidades” (ibidem, p. 261). Tal abertura, do mesmo modo, acabaria por suscitar também novos perigos – como a inquietação causada pela abolição telemática da distância física ou a tão discutida questão do controle da informação.

Sobre esta última, desde o surgimento dos computadores e das ligações reticulares percebemos a transferência das funções de controle, basicamente cognitivas, para os sistemas telemáticos, “que nas suas relações com a economia agenciam a produção e a reprodução segundo uma lógica transdutiva” (ibidem, p. 264). Se a energia humana começou a ser substituída pelas energias mecânicas no auge da Revolução Industrial, o mesmo estaria a ocorrer em âmbito cognitivo, mediante o incremento das tecnologias inteligentes e dos algoritmos, como uma espécie de *upload* da consciência para as redes, transformando o corpo em informação e em algo inteiramente reversível.

Tal afirmação demonstra um reconhecimento da ação para além da esfera humana ou até mesmo da própria fusão entre o corpo e a técnica. No curso do envolvimento da Terra e dos corpos pelas redes tecnológicas, capazes de articulá-los naquilo que Bragança de Miranda denomina de espaço trans-histórico, elementos arcaicos da cultura retornariam sob novas formas, as quais demandam também novas decisões.

Embora a técnica na época da transdução evoque determinados perigos, generalize as relações e crie espaços de reinserção física da terra e da história, em outro sentido faria emergir uma questão política terminal referente ao destino do corpo e do planeta.

A possibilidade de um activismo à altura das tarefas actuais implica uma outra visão do político – que se baseia na memória histórica do comum e das suas promessas históricas – numa outra visão das artes, cuja expansão global é condição para dar visibilidade àquilo que pode e deve ser posto em comum – e uma outra visão da técnica, de modo a privilegiar a capacidade para a distribuir livremente, para a partilhar, para a usar fora das lógicas das rendibilidades. (BRAGANÇA DE MIRANDA, 2010, p. 266).

Mais do que simples reconfigurações, as redes telemáticas teriam vindo a alterar a própria natureza das ações, exigindo novas interpretações sobre a técnica, a política e as artes – dimensões nas quais o sociólogo português inscreve o activismo em rede. Desse modo, por mais que esta visão perceba uma convergência das redes históricas nas redes digitais, seus contributos distanciam o *net-ativismo* das demais ações inscritas nas modelagens institucionais.

34 Sobre esta questão, o autor observa a transformação das redes históricas – familiares, de trânsito, de capital, do sistema postal, das primeiras tecnologias (como o telégrafo, telefone e rádio) – quando “capturadas” pelas redes técnicas. Seriam estas, por sinal, que nos permitiriam detectar a importância das primeiras, o que se explica pelo fato de a experiência atual estar totalmente marcada pelo entrelaçar dos processos históricos com os procedimentos técnicos.

O próprio termo *transdução*, para a Física, representaria uma mudança de energia entre os elementos, enquanto para a Biologia vai corresponder a uma transferência de material genético intercelular. Esta analogia nos conduz a uma perspectiva de movimento, de circulação e de troca entre os componentes da rede, abrindo caminhos para uma interpretação da alteração da sua própria substância.

Há quem defenda, nesta mesma direção, a tese de que as experiências *net-ativistas* podem ser interpretadas como um processo ecológico de transubstanciação. Para Massimo Di Felice (2017a), a qualidade da ação em rede evidencia hoje um novo tipo de ação. Se não pode ser considerada somente social nem mais direta em relação ao externo, tampouco deve ser vista somente como fruto de um condicionamento informativo e técnico. Trataria-se, portanto, de algo capaz de alterar substancialmente os atores e actantes envolvidos naquilo que denomina de *ato conectivo*, característico da dimensão ecossistêmica e conectiva dos contextos reticulares.

“O processo de digitalização remete à necessidade de repensar a ideia de ação além de seus significados sociológico, político, antropomórfico, pondo em relação as interações entre as diversas entidades da biosfera” (DI FELICE, 2017b).³⁵

Para esse autor, as linhas propostas pela tradição sociológica da teoria da ação não contemporizariam suficientemente a complexidade da lógica *rede* impulsionada pelo digital. Nem aquela que circunscreve a ação social no âmbito de normas e vinculantes relações institucionais capazes de limitar seus impactos e suas geometrias – de Émile Durkheim ao estrutural funcionalismo norte-americano de Talcott Parsons –, tampouco a que defende a sua oposição, como uma ação teleológica – resultante de um sujeito-ator que decide segundo seus próprios ideais e valores.

Mesmo as linhas contrárias a essas duas grandes matrizes, como a tradição minoritária proposta por Vilfredo Pareto, que considera a ação social na perspectiva de um agir irracional – nem ideológico-político nem social-econômico – ou a abordagem mais complexa da Teoria Ator-Rede – como resultante das associações entre actantes de diversas naturezas em torno de controvérsias – seriam suficientes para analisar o social em rede dos nossos dias.

Esta última, sintetizada no último tópico deste estudo, continuaria a descrever o agir “num tempo e numa espacialidade materiais, arquetônicas e, embora opinativa [...] numa geografia material e agregativa” (DI FELICE, 2017b). Ou seja, num contexto espaço-temporal concreto, real e composto por entidades em relação.

O processo de digitalização, sobretudo nas suas dimensões mais recentes, *social networks, internet of things e big data*, parece expressar uma dimensão informatizada do agir, não mais material nem apenas relacional ou associativa. A informatização das coisas, das pessoas, do meio ambiente e do território transforma em bits e em informação as diversas entidades, criando uma alteração das naturezas das diversas substâncias e tornando-as concretas, isto é, portadoras de uma relação não agregativa nem articulada por um agir, mas “trans-substanciativa”. (DI FELICE, 2017b).

35 Os números das páginas referentes às citações de Massimo Di Felice (2017b) não poderão ser indicados neste artigo por se tratar de uma publicação ainda no prelo, em fase de editoração até a conclusão do nosso estudo.

Num esforço de demonstrar tal complexidade empiricamente, podemos nos arriscar a rastrear casos próximos desse processo de transubstanciação. Uma folha de papel quando digitalizada; uma música gravada acusticamente, quando remetida para *sites* de compartilhamento artístico; as próprias fotografias na era digital podem ser exemplos de coisas que alteram sua substância quando circuladas nas redes.

A água em Marte, transformada em informação pelas diversas sondas colocadas na órbita daquele planeta; assim como uma planta, digitalmente monitorada, que pode fornecer informação sobre a sua espécie, idade e proveniência; ou mesmo as tornozeleiras eletrônicas que informam a localização de presos em regimes abertos ou semiabertos, os chips implantados em animais domésticos etc. são exemplos que nos fazem pensar se ainda existiria substância “pura” nesta nova ecologia digital,

[...] que antecede e forma pessoas, circuitos informativos, dispositivos, redes sociais digitais e territorialidades informativas, apresentando-se [...] como a constituição de um novo tipo de ecologia (*eko-logos*) não mais opositiva e separatista, mas expandida e portadora de uma substância comum que a torna reticular e conectiva. (DI FELICE, 2017b).

Nessa dimensão das redes e conexões que supera o entendimento apenas associativo da qualidade da ação, estaríamos vivenciado uma condição habitativa inédita, conforme Massimo Di Felice já havia afirmado em *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar* (2009).

Enquanto Bruno Latour trata da mudança de pressão e de agência de cada actante no decorrer de uma ação em rede, Massimo Di Felice (2017b) sugere a alteração da própria substância dos envolvidos, num processo no qual cada um se redefiniria por meio do distanciamento do seu nível de equilíbrio originário provocado pelo conjunto das ações interativas.

Desse modo, os movimentos de ativismo nas redes sociais digitais podem ser observados pelo viés de uma forma de *conflitualidade pós-política* (DI FELICE; LEMOS, 2014), que ultrapassa os limites dos espaços urbanos ou identitários nacionais das esferas públicas antropomórficas em direção a uma atopia conectiva, um lugar difícil de definir teoricamente, porém próximo ao sentido das dimensões cosmopolíticas teorizadas por Isabelle Stengers (2004), agora numa perspectiva digitalmente conectiva.

Assistimos hoje à passagem das dimensões políticas antropocêntricas – organizadas por meio das saturadas formas eleitorais de representação e baseadas na gestão do poder em sua monodimensão público-humana – em direção às práticas de interação atópicas (Di Felice, 2009), que expressam a formação de condições habitativas reticulares e emergentes. As quais, por meio das dimensões de conectividade deslocam, dos Estados Nacionais e da política, nossa condição habitativa em direção à biosfera e às metaterritorialidades (A. Abruzzese, 2006) nem internas nem externas de Gaia (J. Lovelock, 1979). (DI FELICE, 2017b).

É como se, na nova condição digital, os limites dos Estados Nacionais fossem ampliados para Gaia – ou, por que não dizer, para além da Terra, se considerarmos a Lua, Marte e os futuros planetas descobertos como informantes nos processos de comunicação da era das redes.³⁶ Ou como se a perspectiva política neste habitat contemporâneo tivesse saltado de uma lógica de representatividade parlamentar para a própria biosfera – na qual o *parlamento das coisas* (LATOURET, 2004) ganharia o seu espaço, com as vozes dos não humanos transubstanciadas em bits, acessíveis por meio de informações exibidas nas telas dos nossos dispositivos de conectividade.

A ecologia digital do nosso tempo, anunciada pelo sociólogo italiano, reforça a necessidade de direcionarmos novas lentes para movimentos de ativismo em rede nativos desta era digital. Além de apartidários, impermanentes, temporários (pela própria dinâmica de transubstanciação) e “aninstitucionais” (pelo processo de agregação e desagregação que tende ao seu desaparecimento), estes movimentos aqui sugeridos como pós-políticos podem ser pensados também a partir dessa dimensão ecossistêmica e interativa, própria dos organismos vivos e das formas emergentes de adaptação aos contextos abertos, como propõe a complexidade moriniana.³⁷

Considerações finais

No correr das últimas páginas tentamos costurar algumas pistas teóricas com os rastros empíricos abordados na tese *Net-ativismo e ações colaborativas nas redes sociais digitais: um estudo sobre as formas de net-ativismo exercidas nas redes portuguesas*, sobretudo no tocante à qualidade da ação em rede, problema epistemológico entrelaçado às novas conexões do nosso tempo.

Ainda assim, tratamos da tensão entre as instituições tradicionais da política ocidental e os movimentos de ativismo no contexto digital – que de certa maneira criam novas possibilidades para modos de ação que ultrapassam a esfera da *polis*. As irrupções de movimentos *net-ativistas* em diversas latitudes do globo não devem ser resumidas, porém, a uma discussão sintetizada sobre *se, como* ou *quando* a *multidão conectada*, as *redes de indignação e esperança* ou o *novo sistema operativo social* vão substituir os Estados Nacionais.

Num sentido oposto, os rastros desses movimentos revelam não se tratar de uma disputa de poder, nem somente de uma lógica participativa. Mais do que isso, as redes sociais digitais inauguram um novo modo de ação, cujo paradigma deve ser redescoberto. É preciso redividi-lo em camadas, não no sentido de separar os seus atores e actantes, humanos e não humanos, das técnicas que a todos conectam. Suas formas hão de ser desdobradas, de modo que o nomadismo característico do *net-ativismo* seja compreendido, ainda, no relevo do transitar das suas substâncias.

³⁶ Na perspectiva da comunicação das coisas proposta por André Lemos (2013), a cujo inventário somamos o exemplo da transmissão de dados, da Lua, para o sistema de monitoramento lunar desenvolvido pela NASA, a partir dos Estados Unidos.

³⁷ Cf. MORIN (2011).

Referências bibliográficas

ARENDDT, Hannah. *O que é política?* Fragmentos das *Obras Póstumas* compilados por Ursula Ludz. Tradução de Reinaldo Guarany. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BEY, Hakim. *T. A. Z.: Zona Autônoma Temporária*. São Paulo: Conrad, 2001.

BLISSETT, Luther. *Totò, Peppino e la guerra psichica 2.0*. Turim: Einaudi, 2000.

BRAGANÇA DE MIRANDA, José. *Traços – Ensaios da crítica da cultura*. Lisboa: Vega, 1998.

_____. Activismo em rede, globalização e transdução. In: ÁLVARES, Cláudia; DAMÁSIO, Manuel José (Orgs.). *Teorias e práticas dos media: situando o local no global*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2010. p. 251-266.

CASTELLS, Manuel. *Em redes de indignação e esperança: os movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013

DI FELICE, Massimo. *Paisagens pós-urbanas: o fim da experiência urbana e as formas comunicativas do habitar*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. *Net-ativismo: da ação social ao ato conectivo*. São Paulo: Paulus, 2017a. (no prelo).

_____. O Net-ativismo e as dimensões ecológicas do agir nas redes digitais: 20 teses em busca de uma linguagem. In: BABO, Isabel; BRAGANÇA DE MIRANDA, José; DI FELICE, Massimo; DAMÁSIO, Manuel José. *Constelações do ativismo em rede*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2017b. (no prelo).

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. Lisboa: Relógio D'Água, 2015.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo, 1984.

LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru: Edusc, 2004.

_____. *Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede*. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.

LEMOS, André. *A comunicação das coisas: Teoria Ator-Rede e cibercultura*. São Paulo: Annablume, 2013.

LEMOS, Ronaldo; DI FELICE, Massimo. *A vida em rede*. Campinas: Papyrus 7 Mares, 2014.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1988.

MAGALHÃES, Marina. Dos manifestos aos piratas informáticos de uma Geração à Rasca: net-ativismo nas redes portuguesas. In: DI FELICE, Massimo; ROZA, Erick; PEREIRA, Eliete. *Net-ativismo: redes digitais e novas práticas de participação*. São Paulo: Papyrus, 2017 (no prelo).

MAYER-SCHONBERGER, Viktor; CUKIER, Kenneth. *Big Data: a revolution that will transform how we live, work and think*. London: John Murray, 2013.

MCLUHAN, Marshall. *Os meios de comunicação como extensões do homem (understanding media)*. São Paulo: Cultrix, 2007.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2011

NEGRI, Antonio. *A constituição do comum*. Disponível em: <<https://fabiomalini.wordpress.com/2007/03/25/a-constituicao-do-comum-por-antonio-negri/>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

PAIVA, Cláudio; BARRETO, Emília; NUNES, Pedro; SOARES, Thiago (Orgs.). *protestos.com.br: fluxo livre de informações e coberturas jornalísticas das manifestações de rua e redes sociais*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

RAINIE, Lee; WELLMAN, Barry. *Networked: the new social operating system*. Cambridge: MIT Press, 2012.

SANTORO, Giuliano. *Un Grillo Qualunque. Il Movimento 5 Stelle e il populismo digitale nella crisi dei partiti italiani*. Roma: Castelvecchi Editore, 2012,

STENGERS, Isabelle. Para além da grande separação, tornamo-nos civilizados? In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre a ciência revisitado*. São Paulo: Cortez, 2004. p.131-149.

TERRANOVA, Tiziana. *Network culture: politics for the information age*. London: Pluto Press, 2004.

VATTIMO, Gianni. *A sociedade transparente*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992.

VIRILIO, Paul. *The information bomb*. London: Verso, 2000.